



BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

TERCEIRO SETOR E A REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO (Gustavo Justino de Oliveira e Mário Henrique de Barros Dorna) 647

GRATIFICAÇÃO CRIADA EM AUTARQUIA MUNICIPAL MEDIANTE RESOLUÇÃO INTERNA – Pretensão de incorporação desta gratificação por meio da instituição do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) – Análise da constitucionalidade (Rafael de Almeida Ribeiro) 653

CONVÊNIO – Construção de açude público pelo Município – Não aprovação da prestação de contas do ajuste – Condenação solidária do Prefeito e da sociedade contratada para a execução das obras – Recurso de reconsideração – Acolhimento parcial – Comprovação de que a obra foi realizada em imóvel gravado com o instituto da servidão administrativa – Ausência de licença ambiental, consecução parcial do objeto convenial e outras irregularidades – Redução do valor da condenação em débito e da multa aplicada (TCU) 662

PREFEITO MUNICIPAL – Despesas irregulares – Pagamento de servidores “fantasmas” e “laranjas” pela Urbe – Não comprovação da efetiva prestação de serviços por eventuais substitutos, mesmo que de forma irregular – Remuneração paga a servidores em valores inferiores ao salário mínimo – Imputação em débito – Aplicação de multa ao Alcaide – Não caracterização, entretanto, de burla ao concurso público com finalidade eleitoreira (TCPE) 676

JURISPRUDÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO – Cargo de Coordenador Parlamentar da Câmara Municipal – Existência de uma vaga – Indeferimento da posse da aprovada em primeiro lugar por não comprovar o lapso temporal exigido pelo edital de cinco anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Candidata classificada em segundo lugar, fora do número de vagas – Cadastro de reserva – Direito líquido e certo à nomeação e posse – Irrelevância da renomeação do cargo e da realização de novo certame, visto que, quando da impetração do *mandamus*, a vaga não estava preenchida (STJ) 683

AGENTE POLÍTICO – Renúncia parcial ao subsídio – Possibilidade – Desconto perpetrado em período posterior ao previsto no termo de renúncia – Pagamento de diferença salarial que se impõe – Pretensa percepção de gratificação natalina – Não cabimento – Inteligência do art. 39, § 4º, da CF – Vedação, ademais, no âmbito do Município, por meio de sentença transitada em julgado, ao recebimento da referida parcela (TJMG) 690

POLÍTICA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO – Lei municipal – Incentivo à indústria consubstanciado na compra e venda, na concessão de uso e na concessão de

continua...

<p>direito real de uso de bens públicos sem prévia realização de licitação entre as empresas interessadas – Interpretação conforme a Constituição Estadual, para o fim de exigir o prévio certame nos termos da lei – Previsão da execução de obras e a prestação de serviços de terraplenagem e afins de forma gratuita pela Urbe, até o limite de 100 horas-máquina – Isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto Sobre a Transmissão “Intervivos” de Bens Imóveis e Direitos a eles Relativos (ITBI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e taxas às indústrias que se instalarem na Comuna – Não caracterização de inconstitucionalidade (TJSC) ...</p>	693
<p>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Prefeito Municipal – Indisponibilidade dos ativos financeiros em conta bancária decretada liminarmente via sistema Bacen Jud – Ausência de razoabilidade – Tentativa de dilapidação financeira ou patrimonial não caracterizada – Bem jurídico protegido que não reclama a medida em caráter de urgência (TRF1ªR)</p>	699
<p>PROFESSOR – Educação física – Concurso público – Rede pública de ensino – Município – Edital – Exigência de registro no Conselho de fiscalização profissional – Inadmissibilidade – Exercício da atividade de magistério – Ingerência do órgão de classe nas atividades escolares e acadêmicas (TRF4ªR)</p>	703

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL